Revista de Geografia (Recife) V. 41, Nº. 2, 2024 (Especial)

https://doi.org/10.51359/2238-6211.2024.264837

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia

Cinco capítulos da história da geografia em Pernambuco

Rodrigo Dutra Gomes[1] - Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6452-3933
Mariana Loureiro Medeiros [2] - Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6071-3035
Emmanuele Ribeiro Mendonça[3] - Orcid: https://orcid.org/0009-0003-5025-3372
Milka Lopes Beserra[4] - Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6882-8646
Gerlane Gomes da Rocha[5] - Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0746-4150

[1] Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*
[2] Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Bahia, Brasil **
[3] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, PE, Brasil ***
[4] Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil ****
[5] Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil *****

Artigo recebido em 08/11/2024 e aceito em 08/11/2024

RESUMO

Resultados do projeto de pesquisa *"Pensamento Geográfico Pernambucano: história, regiões e epistemologias"* apresentamos aqui "5 capítulos" que compõem a história da geografia em Pernambuco. Esses capítulos são convites à leitura das pesquisas específicas desenvolvidas e publicadas. Instituições, movimentos culturais, sociais e intelectuais, autoras e autores foram eleitos para destacar e problematizar esses capítulos, a saber: (1) o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), (2) o Movimento Regionalista de 1926, (3) as Teses de Geografia do Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, (4) a leitura crítica de Manuel Correia de Andrade, e (5) a Geografia Feminina e os desafios das mulheres na consolidação da Geografia no Estado. Tendo como pano de fundo, a abordagem contextual, foram realizadas pesquisas de documentos, pesquisas de gabinete, visitas às instituições, pesquisa em acervos históricos, entrevistas com professora(e)s, organização de dados etc. Discutiu-se aspectos como: a importância do IAHGP, seus pesquisadores e suas publicações desde o XIX, a formação e influência do Grupo Regionalista em Recife 1924, os estudos geográficos das teses produzidas para a admissão no Ginásio Pernambucano, a discussão precursora de Manuel Correia da Andrade sobre a regionalização e territorialidade do Nordeste, bem como, os desafios das mulheres geógrafas para lidar com a dualidade entre suas vidas públicas e privadas. Em termos amplos, busca-se demonstrar a formação de uma Geografia científica em Pernambuco anterior à academia realçando histórias marginais em relação às narrativas tradicionais sobre como se deu a formação e movimentos da Geografia no Brasil.

Palavras-chave: geografia de Pernambuco; IAHGP; movimento regionalista; Ginásio Pernambucano; geografia feminina.

* Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. E-mail: rodrigo.dutragomes@ufpe.br
** Professora mestre Substituta da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e Doutoranda em Geografia da UFPE. E-mail: marinalou93@gmail.com
*** Professora doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. E-mail: emmanuele.ribeiro@gmail.com
**** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFPE. E-mail: milka.lopes@ufpe.br
***** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFPE. E-mail: gerlanegomesrocha@gmail.com

Five chapters in the history of geography in pernambuco

ABSTRACT
Results of the research project "Pernambucan Geographic Thought: history, regions, and epistemologies" we present here "5 chapters" that make up the history of geography in Pernambuco. These chapters are invitations to read the specific research developed and published. Institutions, cultural, social, and intellectual movements, as well as authors, were chosen to highlight and problematize these chapters, namely: (1) the Archaeological, Historical, and Geographic Institute of Pernambuco (IAHGP), (2) the Regionalist Movement of 1926, (3) the Geography Theses from the Pernambucan Gymnasium and Official Normal School, (4) the critical reading of Manuel Correia de Andrade, and (5) Feminine Geography and the challenges faced by women in consolidating Geography in the State. Using the contextual approach, document research, desk research, visits to institutions, research in historical collections, interviews with teachers, data organization, etc, were conducted. Aspects such as the importance of the IAHGP, its researchers, and its publications since the 19th century, the formation and influence of the Regionalist Group in Recife in 1924, the geographic studies from the theses produced for admission to the Pernambucan Gymnasium, the pioneering discussion by Manuel Correia de Andrade on the regionalization and territoriality of the Northeast, as well as the challenges faced by women geographers in navigating the duality between their public and private lives, were discussed. Broadly, the aim is to demonstrate the formation of a scientific Geography in Pernambuco prior to the academy, highlighting marginal histories in relation to traditional narratives about the formation and movements of Geography in Brazil.

Keywords: geography of Pernambuco; IAHGP; regionalist movement; Pernambucan Gymnasium; feminine geography.

Cinco capítulos de la historia de la geografía en pernambuco

RESUMEN
Resultados del proyecto de investigación "Pensamiento Geográfico Pernambucano: historia, regiones y epistemologías" presentamos aquí "5 capítulos" que componen la historia de la geografía en Pernambuco. Estos capítulos son invitaciones a la lectura de las investigaciones específicas desarrolladas y publicadas. Instituciones, movimientos culturales, sociales e intelectuales, autores y autoras fueron elegidos para destacar y problematizar estos capítulos, a saber: (1) el Instituto Arqueológico, Histórico y Geográfico Pernambucano (IAHGP), (2) el Movimiento Regionalista de 1926, (3) las Tesis de Geografía del Ginásio Pernambucano y Escuela Normal Oficial, (4) la lectura crítica de Manuel Correia de Andrade, y (5) la Geografía Femenina en la consolidación de la Geografía en el Estado. Usando la abordaje contextual se realizaron investigaciones documentales, investigaciones de gabinete, visitas a las instituciones, investigación en acervos históricos, entrevistas con profesores y profesoras, organización de datos, etc.. Se discutieron aspectos como: la importancia del IAHGP, sus investigadores y sus publicaciones desde el XIX, la formación e influencia del Grupo Regionalista en Recife en 1924, los estudios geográficos de las tesis producidas para la admisión en el Ginásio Pernambucano, la discusión pionera de Manuel Correia de Andrade sobre la regionalización y territorialidad del Nordeste, así como los desafíos de las mujeres geógrafas para lidiar con la dualidad entre sus vidas públicas y privadas. Se busca demostrar la formación de una Geografía científica en Pernambuco anterior a la academia, resaltando historias marginales en relación con las narrativas tradicionales sobre cómo se dio la formación y los movimientos de la Geografía en Brasil.

Palabras-clave: geografía de Pernambuco; IAHGP; movimiento regionalista; Ginásio Pernambucano; geografía femenina.

INTRODUÇÃO

A Geografia produzida em Pernambuco é reconhecida na história da Geografia no Brasil por estar presente nos movimentos pioneiros da disciplina (Monteiro, 1985, Moreira, 2019). Fundado em 1941, é o terceiro curso de graduação em Geografia nas universidades brasileiras e o primeiro curso de mestrado no Nordeste fundado em 1976, e o terceiro no Brasil depois da USP (1971) e UFRJ (1973). Geógrafos e geógrafas como Mário Lacerda de Melo, Hilton Sette, Gilberto de Osório, Rachel Caldas Lins, Manuel Correia de Andrade, Tânia Bacelar são exemplos de pesquisadore(a)s expoentes no período de consolidação e expansão da Geografia em território nacional, em destaque para os estudos do Nordeste. Mas em Pernambuco a reflexão e a produção de uma geografia científica antecederam a esses movimentos pioneiros.

No Brasil é corrente a interpretação de que o pensamento geográfico se inicia com a institucionalização dos cursos de geografia nas universidades, dando maior cientificidade à disciplina, em destaque para a fundação da USP (1934) e UFRJ (1935). Contudo, é cada vez mais destacada a produção de um conhecimento geográfico científico que antecede a criação das Universidades. Em relação à historiografia da disciplina, em geral, esse período vai do final do século XIX até a década de 1930, tendo por referência a abolição da escravidão, o advento da República até a fundação das Universidades. Diferente da ideia hegemônica trazida do Sudeste do país, de que geografia existente deveria ter por base as trazidas pelos franceses e alemães, acreditamos que outras influências regionais devem ser consideradas na interpretação do campo disciplinar brasileiro. Neste movimento, o Estado de Pernambuco pode ser destacado, especialmente em relação ao pensamento geográfico que antecede sua institucionalização nas universidades, assim como na consolidação da disciplina numa perspectiva crítica e de gênero. Esses são alguns dos resultados alcançados no Grupo de Pesquisa em Epistemologia e História do Pensamento Geográfico (GEHPEG) do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE pelo projeto *"Pensamento Geográfico Pernambucano: história, regiões e epistemologias"*.

Dentre os resultados obtidos destacamos aqui "5 capítulos" dessa história, que representam a produção, reflexão e ensino da Geografia no Brasil, e destacam seu caráter precursor e inicialmente "provinciano" no conhecimento geográfico em Pernambuco. As pesquisas de Mendonça (2024), Medeiros (2021), Beserra (2021), Beserra et al. (2022) e Rocha e Gomes (2022) e Rocha, Machado e Gomes (2023) são as referências de aprofundamento das discussões realizadas abaixo – e precisam ser consultadas para a obtenção de mais resultados, detalhes e aprofundamentos. Neste sentido, o texto é mais um convite à leitura dessas produções referências do que os principais entendimentos obtidos destes trabalhos, que acumulam pesquisas de, pelo menos, 5 anos de atividades.

Instituições, movimentos culturais, sociais e intelectuais, autores e autoras foram eleitos para destacar e problematizar esses capítulos: (1) o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

criado em 1862, (2) o Movimento Regionalista de 1926 e suas influências na produção da geografia, (3) as Teses de Geografia produzidas no processo de admissão no Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, (4) a leitura territorial e socioeconômica crítica precursora de Manuel Correia de Andrade, e (5) a Geografia Feminina e os desafios da participação das mulheres na consolidação da Geografia no Estado. Pretendemos expor, de forma sintética, alguns dos resultados obtidos desses 5 momentos. Aqui o "fio condutor" do argumento é o caráter científico e precursor da Geografia produzida em Pernambuco desde o século XIX, incluindo os movimentos sociais e críticos do século XX. Mesmo se tratando de pesquisas individuais, os temas se relacionam e dialogam, pois as instituições, autores e autoras citadas se influenciaram e muito se conheciam.

Para a realização destes estudos utilizamos a abordagem contextual de Berdoulay (2017) e a "Geografia das ciências" de Livingstone (2010) como abordagens norteadoras para orientar os procedimentos de pesquisa. A abordagem de Berdoulay destaca 5 etapas: 1) Reconhecimento de que existem sistemas estruturados de pensamento, ao mesmo momento em que há continuidade de certas percepções; 2) Importância de não estabelecer dicotomias entre fatores internos da ciência em estudo (teorias, conceitos) e fatores externos (contexto da sociedade da época, economia, política e poder); 3) não negligenciar nem menosprezar nenhuma tendência geográfica em específico; 4) É imprescindível não ignorar algumas das questões principais que afligiam o contexto social da região analisada; 5) deve-se ressaltar a análise dos círculos de afinidade para compreender o pensamento científico da época. Em diálogo com Livingstone (2010), admitimos que as culturas regionais se apropriam do conhecimento científico de modo diferente, ressaltando as particularidades. Nessa Geografia das ciências, que considera "a ciência em sua expressão regional", há também especificidades de ordem religiosa, racial, de classe, gênero e política. Nesse sentido, a abordagem regional da história das ciências é também contextual. Os procedimentos adotados nas pesquisas que embasam este texto incluíram: pesquisa de gabinete, saídas a campo nas instituições, pesquisa de documentos, pesquisas *in loco* de periódicos do IAHGP, acesso às Teses submetidas ao Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, entrevistas com professora(e)s etc.

Iniciamos o artigo em destaque ao papel do IAHGP na produção do conhecimento geográfico em Pernambuco (Capítulo 1). Seguimos para o Movimento Regionalista de 1926 e suas influências no pensamento regional no estado e nas primeiras gerações de geógrafo(a)s formados em Pernambuco (Capítulo 2). Realçamos no "Capítulo 3" a importância do Ginásio Pernambucano e das teses produzidas pelos catedráticos. O "capítulo 4" trata das críticas precursoras de Manuel Correia de Andrade sobre a região e territorialidade do Nordeste, e, fechamos (capítulo 5) com os desafios enfrentados pelas mulheres na consolidação e desenvolvimento da Geografia em Pernambuco.

CAPÍTULO 1 – O INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP)

A partir do início do século XIX a independência dos países colonizados na América Latina trouxe à região a necessidade de se consolidar as nações e seus territórios, tornando-se um tema comum entre as sociedades latino-americanas. Importou-se dos países europeus um nacionalismo que buscava manter a unidade territorial e forjar um sentido de identidade própria. No Brasil, esse contexto político impulsionou o início de estudos sistemáticos de Geografia. Era necessário "criar" uma História e Geografia do Brasil. A criação de instituições culturais no Brasil foi realizada justamente para lhe dar com essa tarefa, sendo diretamente influenciada por modelos de sociedades geográficas europeias, especialmente a francesa, com destaque para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1883.

Estas estruturas intelectuais e científicas foram inicialmente influenciadas pelo contexto da corte portuguesa no Brasil entre 1808 e 1821 e pelo cenário pós-independência, a partir de 1822. Estas instituições foram fundamentais no processo de construção da identidade nacional e na promoção de pesquisas que, apesar de herdeiras de tradições culturais estrangeiras, buscavam refletir uma realidade brasileira. Entre 1833 e 1933, foram fundadas cerca de 50 sociedades geográficas na América Latina. López-Ócon (1996), ao analisar cinco dessas instituições, aponta que elas estavam voltadas para a organização dos Estados-nação em formação e envolvidas em redes internacionais de comunicação científica. O objetivo era demonstrar a capacidade dos países latino-americanos de produzir conhecimento e buscar reconhecimento internacional, evidenciado pela tradução de artigos e troca de correspondências.

As gerações iniciais no IHGB foram influenciadas pelo Iluminismo Português caracterizado por uma abordagem católica e conservadora, levando a uma compreensão linear da história, marcada por ideias de evolução e progresso (Guimarães, 1988), que mais tarde se alinhariam com o positivismo, uma filosofia que moldou o pensamento científico brasileiro no final do século XIX e nos primeiros anos da República. Contudo, enquanto nas sociedades europeias havia um vínculo com interesses colonialistas, nas novas ex-colônias, como o Brasil, as instituições culturais promoviam um sentido de pertencimento nacional e desafiavam a marginalização da produção científica local (López-Ócon, 1996). A Geografia, portanto, completava a visão de nação que se buscava construir no período, revelando a complexidade da formação da identidade nacional brasileira e seu esforço em estabelecer-se no cenário internacional. Considerando a manutenção das estruturas oligárquicas nas províncias, em vez de filiações, surgiram instituições culturais independentes que buscavam ser politicamente autorreferenciadas a fim de consolidar uma leitura histórica e geográfica da sua própria região.

Neste contexto é fundado o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) em 1862 como o terceiro no país, para desafiar uma narrativa histórica única. As revoltas do início do século

XIX impactaram a geografia política da época e influenciaram a fundação do IAHGP, que pretendia resgatar a importância da província no contexto imperial, especialmente diante da concorrência com o eixo centro-sul do Brasil. A Sociedade Arqueológica Pernambucana, que originou o IAHGP, foi criada por 27 fundadores, entre eles figuras proeminentes nas áreas de educação e justiça. A visão de progresso e nacionalismo em voga buscava no IAGHP destacar a perspectiva local em contraste com a visão promovida pelo IHGB. Havia a necessidade de reafirmar a relevância da província em um momento de declínio econômico. O instituto promoveu, então, celebrações cívicas e estudos regionais para legitimar a identidade pernambucana e atrair investimentos do governo central. Essa abordagem "nativista", destacou as vozes locais e se contrapôs à narrativa do IHGB do Rio de Janeiro, celebrando, ao invés da identidade nacional, eventos como a expulsão dos holandeses e revoluções, que reforçaram a ideia de uma identidade regional.

A Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAHGP), com seu primeiro volume em 1863, foi fundamental no desenvolvimento da Geografia como uma área de conhecimento em Pernambuco e no país. A produção da revista foi caracterizada por uma regularidade crescente, publicando de dois a três números anuais até 1936, num ritmo constante em muito devido às condições de impressão oferecidas pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, responsável pela publicação de 1924 até 1961. Além disso, a direção editorial da revista por Mário Carneiro do Rego Melo, de 1910 a 1959, foi fundamental para garantir a continuidade das edições, mesmo em um contexto desafiador de ditadura do Estado Novo, ascensões políticas extremistas e Guerras Mundiais. Mendonça (2024) destaca que já nos primeiros números da RIAHGP, os discursos presentes revelavam o reconhecimento da Geografia como uma disciplina significativa para a promoção do progresso pela ciência, mediante a criação de comissões e a leitura dos trabalhos entre os pares. Embora o cenário de produção acadêmica estivesse em fase de desenvolvimento, o período republicano e ampliação da influência positivista em contexto destacou a ampliação da divulgação científica, tanto autoral quanto por meio de traduções, o que facilitou o intercâmbio de ideias entre pesquisadores brasileiros e internacionais.

As publicações realizadas na RIAHGP espelharam a vasta literatura geográfica brasileira, que, à época, abrangia diferentes estilos. Diferente do que muitas vezes é divulgado, acreditamos que nesse período, a Geografia no Brasil estava sim em processo de consolidação como uma ciência autônoma, em consonância com o que acontecia na Europa – contudo, sem a institucionalização formal nas universidades e agências como acontecia na Europa. Na metade final do século XIX houve, em âmbito nacional, uma crescente valorização do cientificismo que estimulou a produção de um conhecimento rigoroso, mesmo que na Europa esse processo ainda estivesse em andamento. As iniciativas de sistematização desse conhecimento na RIAHGP, dada a realidade brasileira de intercâmbios disciplinares, foi um desses esforços mesmo com a falta de uma sistematização mais ampla e plenamente estabelecida.

As contribuições de Moreira (2019) ajudam a problematizar esse contexto. A distinção entre uma Geografia "informal" e "formal" sugerida pelo autor, refere-se à geografia "informal" como a ligada às produções de viajantes, cronistas, naturalistas e outros intelectuais que registraram suas observações sobre o Brasil antes da década de 1930. Já a Geografia "formal" começaria, para Moreira (2019) a se consolidar somente com a chegada de geógrafos franceses (e também, em menor volume de alemães), bem como a formação das primeiras gerações de graduados nas Universidades Brasileiras nas décadas de 1930 e 1940, o que marcaria uma nova fase no desenvolvimento do pensamento geográfico no país. Essa distinção entre uma Geografia praticada por observadores gerais, e de outra realizada por especialistas formados, se reflete no olhar diferenciado dos geógrafos formais. Contudo, Mendonça (2024) problematiza essa categorização de Moreira (2019), argumentando que as produções de instituições como as de Pernambuco, que ele classifica como "informais", já possuíam elementos de sistematização científica, ainda que não fossem totalmente consolidadas como ciência "formal". Essas produções, publicadas em periódicos científicos, folhetos ou separatas, eram consideradas como ciência na época e, portanto, exigem uma análise detalhada.

Para avaliar essas publicações, Emmanuele Ribeiro Mendonça (2024) analisou os números publicados pela RIAHGP entre 1863 e 1946. Este foi um período crucial para entender o pensamento geográfico brasileiro que antecedeu a fundação da Universidade no Brasil e em Pernambuco. A autora realizou uma revisão documental que combinou buscas objetivas e subjetivas por temas geográficos nos textos científicos da Revista. O resultado desse levantamento foi a seleção de 99 textos, marcados pela interdisciplinaridade com a História, Geologia, Antropologia e Etnografia.

Muitos dos temas encontrados na RIAHGP foram abordados em congressos geográficos internacionais, como o Congresso Internacional de Geografia de 1908 em Genebra, assim como nos congressos brasileiros, como no primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1909. Essa correspondência entre temas nacionais e internacionais nas publicações da revista revela o alinhamento da produção científica com as discussões globais da época. Destaca-se então a importância da RIAHGP como um veículo para o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil, desde suas fases mais informais até o processo de formalização da Geografia como uma ciência autônoma. A análise demonstra que, mesmo antes da institucionalização plena da Geografia no país, já havia esforços significativos de sistematização e intercâmbio acadêmico, tanto nacional quanto internacional, que contribuíram para o amadurecimento da disciplina em Pernambuco.

Mendonça (2024) revelou também quatro autores recorrentes nos artigos geográficos da Revista do IAHGP, são eles: Mário Melo (1884-1959); Sebastião de Vasconcelos Galvão (1865-1928); Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923). Eles acompanhavam o debate nacional e inseriam-se na tradição geográfica regional do século XIX, caracterizada pela descrição

pormenorizada e valorização da cultura local. Seguindo a abordagem contextual de Berdoulay (2017), a pesquisadora elaborou os perfis socioprofissionais, tendências de estudo e demandas sociais desse círculo de geógrafos, que exploravam temas como a nação, Pernambuco, topônimos e indígenas, com o objetivo de promover o entendimento do espaço pernambucano em uma perspectiva documental e histórica. Os estudos desses pernambucanos expressam uma produção científica "provinciana", nos termos de Livingstone (2010).

Tendências do positivismo também estão presentes, como a descrição meticulosa das paisagens, a valorização da observação empírica e a busca pela utilidade social dos estudos geográficos. Pereira da Costa, Sebastião Galvão e Mário Melo destacam-se pelo estilo descritivo, abordando elementos específicos de forma sistemática e ocasionalmente buscando explicações para as paisagens. Nesse círculo, os estudos regionais na escala de Pernambuco são preponderantes, contudo, Alfredo de Carvalho teve iniciativas no recorte Brasil, contrariando a escala de análise comumente atribuída aos pesquisadores locais. A tendência etnográfica também aparece nos estudos do IAHGP, especialmente de Alfredo de Carvalho e continuada por Mário Melo. A pesquisa histórica, um traço comum entre esses geógrafos, evidencia o desejo de conectar o conhecimento geográfico à formação da nação. A prática das monografias descritivas regionais, anterior à difusão do método geográfico nos anos 1930, mostra uma interpretação própria da geografia regional que, mesmo sem o rigor metodológico mais tarde adotado pela academia, contribuiu significativamente para o entendimento da realidade local.

CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIAS REGIONAIS DO MOVIMENTO REGIONALISTA DE 1926

Entre 1920 e 1940, o Brasil vivenciou, de forma mais intensa, o ideal de construção territorial e identitária com os movimentos nacionalista e ditatoriais. O projeto do período tinha como objetivo redescobrir e reinterpretar o Brasil, que envolvia não apenas a construção de infraestrutura — como estradas, hospitais e escolas — mas também o fortalecimento da identidade nacional pela educação e da cultura. A diversidade cultural e os desafios econômicos das sub-regiões, especialmente do Nordeste, foram componentes cruciais desse projeto de unidade nacional. Diversas narrativas buscavam construir esse Brasil, muitos, como Oliveira Viana em 1920, tomando como referência o Brasil Meridional (Sudeste e Sul), racialmente "branco" (Viana, 1938). Para estes autores o Nordeste, com suas características culturais e oligárquicas, de matriz racial "negra" e miscigenado causava uma "degeneração racial" visto por muitos como um empecilho ao progresso do Brasil que deveria se guiar pela industrialização em ascensão no Sudeste. O Brasil rural, miscigenado e tradicional, no qual o Nordeste era um dos principais representantes, deveria ser superado pela modernização e 'branqueamento' da população pelo incentivo à migração europeia. Ao contrário dessa visão, autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Gilberto Freyre viam na miscigenação uma das características estruturais da identidade brasileira. Gilberto Freyre apresentou a miscigenação inerente ao processo de formação da sociedade brasileira, destacando e valorizando a interação entre africanos, indígenas e portugueses na

formação do povo brasileiro. Para Freyre (2019), os traços culturais mestiços, apesar de carregados de desigualdades e conflitos (e o autor pouco mencionar, sendo motivos de severas críticas), possuíam um valor positivo, conferindo ao Brasil uma originalidade que podia ser vista como uma forma de modernidade própria. Contudo, nenhum dos autores dessas correntes destacaram o problema racial como importante para a situação social do Brasil.

Para o Nordeste, Freyre (2019) buscou resgatar a hegemonia cultural e política perdida para com o Movimento Regionalista de 1926. O movimento regionalista que surgiu em Pernambuco nas décadas de 1920 e 1930 representou um marco importante na cultura e na identidade nordestina, em um período caracterizado por transformações políticas, sociais e artísticas significativas. Surgia assim, a ideia do Nordeste enquanto região singular e detentora de características próprias e marcantes – que reverbera até hoje. O deslocamento geopolítico e cultural do Nordeste no XVIII e XIX para o Sudeste no final do XIX e início XX, trouxe novas dinâmicas que contrastavam com a realidade do Nordeste, que ainda era, em sua maioria, agrário e rural. Este cenário gerou, para as elites intelectuais nordestinas, uma necessidade urgente de reafirmação da identidade cultural e política da região, em face das pressões da modernidade e das ideias modernistas que chegavam do Sudeste, especialmente após a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo.

O Movimento Regionalista, liderado por Gilberto Freyre, se deu a partir da formação do Grupo Regionalista em Recife. Este grupo, formado por intelectuais e artistas locais, buscou discutir e valorizar os aspectos culturais, sociais e econômicos da região, promovendo um diálogo sobre as tradições e a identidade nordestina e se tornando um espaço de reflexão crítica e de celebração das singularidades locais (Freyre, 1977). O Movimento exaltou aspectos como: - culinária regional; - diversidades geográficas com paisagens secas em seu interior e áreas úmidas ao norte; - população originária de uma mescla de culturas — incluindo populações indígenas, negros e europeus de origem moçárabe e judaica; - ser um importante centro econômico até o início do século XX, sustentado pela produção e exportação de açúcar, carne de gado e algodão. Contudo, as dificuldades econômicas, agravadas por uma concentração de terras e estiagens frequentes, reduziram sua capacidade produtiva. Apesar disso, o esforço dos membros que compuseram o movimento era destacar o Nordeste como um berço de ricas tradições culturais, refletidas em sua música, dança e literatura, e abrigava figuras notáveis como Castro Alves e Joaquim Nabuco, além de uma vibrante arte popular. Criou-se, então, a ideia de que o Nordeste deteria uma especificidade cultural e fisiográfica que o diferenciaria das outras regiões classificadas (Albuquerque Júnior, 2011).

Influenciado pelo multiculturalismo de Frans Boaz, Gilberto Freyre, ao retornar de seus estudos, começou a explorar a cultura nordestina com um olhar renovado, buscando valorizar as tradições, a gastronomia e as expressões artísticas locais. Ele acreditava que era necessário desvincular a imagem do Nordeste das tragédias associadas às secas e à pobreza, frequentemente retratadas na literatura da época, como na obra "Os

Sertões" de Euclides da Cunha. Assim, em 1924, foi criado o Centro Regionalista Pernambucano, que se tornou um importante ponto de encontro para intelectuais como Ulysses Pernambucano, Amaury Medeiros e Júlio Belo. O auge do movimento ocorreu na Semana Regionalista, realizada em fevereiro de 1926 no Teatro Santa Isabel, em Recife. O evento, que contou com a presença de artistas e intelectuais, abordou temas como saúde pública, habitação, culinária e folclore. As discussões e as manifestações artísticas durante a semana refletiram a importância de questões como a unificação econômica do Nordeste e a defesa da população rural, além da preservação do patrimônio cultural.

Gilberto Freyre, como mestre de cerimônias do evento, utilizou sua plataforma para promover uma visão crítica do preconceito que rondava a cultura nordestina, propondo uma nova leitura que considerava a riqueza das tradições locais. Sua obra "O Livro do Nordeste", publicada em 1925 como uma coletânea de artigos de intelectuais do centro regionalista, contribuiu para essa construção de uma identidade cultural, unindo temas como agricultura, folclore e sanitarismo em um único corpo de trabalho. A participação de figuras como Manuel Bandeira, que ilustrava as capas de revistas literárias, também foi fundamental para a divulgação das ideias regionais e para a construção de um espaço cultural significativo no Nordeste. O impacto do movimento regionalista se estendeu para além das fronteiras de Pernambuco, influenciando a literatura e as artes em outras partes do Brasil. Autores como Raquel de Queiroz e José Lins do Rego foram influenciados pelas ideias de Freyre e pelo contexto regionalista, refletindo em suas obras a riqueza cultural do Nordeste e a complexidade das relações sociais na região. As publicações em revistas como a "Revista do Norte" e "Revista Raça" foram importantes para a disseminação dessas ideias, consolidando um espaço para a produção cultural nordestina.

Influências do Movimento Regionalista são notadas por meio de iniciativas educacionais e expedições cartográficas nos Centros de Pesquisas e Excursões como produtores de conhecimentos geográficos mesmo antes da institucionalização da Geografia na Universidade. No Recife as excursões realizadas entre 1930 e 1955 foram amplamente documentadas na imprensa, promovendo o conhecimento científico e regional. Inclui ainda a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) como um espaço vital para a pesquisa geográfica, focando na coleta de dados geográficos que contribuíram para o planejamento regional e a compreensão das dinâmicas sociais e naturais do estado. A produção cartográfica regional em Recife dos anos 1930-1940, como ressalta Mota Menezes (1988), tinha consigo os modernos engenheiros cartógrafos advindos do Rio de Janeiro e também da própria cidade, associados a coordenação do IBGE local (fundada em 1937). Mapas produzidos nesse período, como os de 1932 e 1951, evidenciam o crescimento populacional e a transformação urbana do Recife, que alcançou um aumento de 46% na população. Podemos ainda destacar os mapas da classificação das áreas com Café (1942) e o mapa das Classificações Naturais no Estado (1949) que delimitava as zonas climático-botânicas de Pernambuco baseado nas pesquisas botânicas do engenheiro-agrônomo Vasconcelos Sobrinho (1908-1988),

responsável por grande parte dos mapas posteriores desse período, tirados dos seus estudos botânicos regionais: *As regiões naturais de Pernambuco, o meio e a civilização (1949).*

CAPÍTULO 3 - OS CATEDRÁTICOS E AS TESES DE GEOGRAFIA

A expansão da educação secundária no Brasil se inicia após a transferência da corte portuguesa para o país em 1808, pela necessidade de formação de uma infra-estrutura não somente física (portos, estradas) mas administrativa e cultural para o novo centro do império português. Mas somente após a independência tal projeto se expande para as províncias. Em Pernambuco, isso resultou na criação do Liceu Provincial em 1825, que mais tarde se tornaria o Ginásio Pernambucano – sendo uma das instituições de ensino mais antigas do Brasil e o mais antigo em funcionamento (Teixeira, 2022). Este ginásio, junto com outras instituições, como a Escola Normal Oficial de Pernambuco (1864), destinada à formação de professores/as e o Liceu de Artes e Ofícios (1880), criado para educação da população trabalhadora, especialmente negra, foram fundamentais no reconhecimento da Geografia enquanto disciplina nos currículos escolares (Mendonça, 2024).

Em Pernambuco essas instituições ajudaram a formar uma elite intelectual e uma mão de obra especializada que buscavam se adaptar às mudanças econômicas do final do século XIX. As cátedras de Geografia no Ginásio Pernambucano mudaram de nome ao longo do tempo, com denominações como Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia, evoluindo para Geografia Geral e Geografia do Brasil nas décadas seguintes. A seleção de docentes, antes realizada por indicação, a partir de 1915, houve a introdução de concursos públicos. O primeiro concurso para a cátedra de Geografia do Ginásio Pernambucano, documentado em 1921, exigia a apresentação de uma Tese, incluindo outras etapas como arguição e prova escrita. As teses de Geografia foram frutos da demanda social de ensino, por meio das exigências ao interessante cargo vitalício de professor catedrático. Elas requereram esforços de aplicação da pesquisa geográfica, de forma gerais, aos bacharéis em Direito. Esses autodidatas no campo do método geográfico, não tinham experiências anteriores de produção de artigos científicos. Contudo, através desses estudos se forjou um grupo de profissionais fundamentais para a prosperidade dessa ciência em Pernambuco (Mendonça, 2024).

A criação de concursos para docentes de Geografia foi parte de um esforço maior de reformas no sistema educacional brasileiro, especialmente durante as décadas de 1920 e 1930. Essas mudanças refletiam o papel da educação na preparação de uma elite administrativa e intelectual, sobretudo nas áreas de Direito e Medicina, reforçando a manutenção do status quo das oligarquias regionais. No contexto pernambucano, a escolarização secundária era uma ferramenta de controle social, destinada a garantir a reprodução dos privilégios das elites locais. Convém lembrar que a educação brasileira entre 1920 e 1940 estava imersa em projetos políticos voltados para o desenvolvimento da nação, nacionalismos, eugenias etc em meio a um cenário de crise econômica e debates sobre a renovação do ensino. No bojo dessas reformas, as disciplinas de Geografia nos

cursos secundários e normais passaram a ganhar importância, tanto em termos de ensino da identidade nacional (nos moldes elitistas), quanto integrando as discussões sobre formação técnica e o conhecimento do território nacional, o que se intensificou com a centralização do Estado Novo e suas políticas educacionais.

A Importância das teses defendidas nos concursos de Geografia refletia o esforço de consolidar a disciplina enquanto área científica. As teses foram apresentadas para as Cátedras de Geografia em instituições como o Ginásio Pernambucano (1921), a Escola Normal Oficial (1920-1970) e o Instituto de Educação do Recife (1921-1977). De acordo com Manuel Correia de Andrade (1994) e Tadeu Rocha (1964), as teses de Gilberto Osório (1940), Mário Lacerda (1940), Hilton Sette (1946) e Mauro Motta (1954) são consideradas um dos primeiros escritos de Geografia desta natureza no estado de Pernambuco, empregando metodologias de campo e observação. Muitos desses autores carregavam a influência contextual (Berdoulay, 2017) tanto das abordagens francesas e alemãs, quanto das reflexões dos regionalistas vindas de 1926 com os círculos de afinidades, entendendo que, parte dos geógrafos do período, ou estavam dentro do círculo íntimo de amizades e intelectualidade de Gilberto Freyre, como Mauro Motta e Gilberto Osório, ou, pertenciam ao círculo de trabalho do mesmo, como os geógrafos Mario Lacerda de Melo e Hilton Sette contratados pela IES-FUNDAJ (Medeiros, 2021). Além desses autores podemos destacar também as teses de Agamenon Magalhães, Dácio Rabello e João F. Motta e Albuquerque Filho (Mendonça, 2024).

Mário Lacerda de Melo formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1935. Ao longo da carreira, entre 1943 e 1948, chefiou o Serviço de Estados Econômicos do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), foi Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco e foi o primeiro presidente da Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco (Comper). Além de professor de Geografia Humana na UFPE e na Universidade Católica de Pernambuco contribuiu para a Fundação Joaquim Nabuco. Sua tese de 1940 é considerada a primeira obra da geografia moderna pernambucana, utilizando metodologias científicas de abordagem francesa (Correia, 1995) e influências regionalistas: *Pernambuco: Traços de Uma Geografia Humana* (1940). A tese se divide em três partes principais: (1) Configuração da Situação da Superfície: Foca na localização geográfica e nas características físicas de Pernambuco. (2) Área da Paisagem da Praia e da Mata: detalha a paisagem litorânea e da mata e seus aspectos históricos e humanos, referenciando as obras de Gilberto Freyre, como *Casa-Grande e Senzala* (1933)*, Nordeste (1925)* e *Sobrados e Mucambos* (1936). (3) As Cidades: citando Jean Brunhes e Pierre Deffontaines, aborda a diferenciação entre as cidades do interior e Recife, propondo ao final uma divisão territorial do Nordeste que carregava a pluralidade típica do Movimento Regionalista. Além disso, o protagonismo da cana-de-açúcar em sua tese, em diálogo à Gilberto Freyre, se contrapôs à perspectiva de atrelar o Nordeste às secas e à natureza dura.

Gilberto de Osório de Andrade (1912-1994) teve uma trajetória intelectual e profissional que pode ser vista como fundamental para a Geografia pernambucana, particularmente na geomorfologia e climatologia.

Formado bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, além de professor tornou-se parlamentar (Deputado Estadual – UND 1933) no contexto do governo de Getúlio Vargas nos anos 1930, vivendo em um período de centralização política e lutas trabalhistas. Foi cronista em jornais, professor de Geografia e História e pesquisador na Fundação Joaquim Nabuco e SUDENE. Sua tese para admissão no Ginásio Pernambucano tem o título de *Um Complexo Antropogeográfico para uma Geografia Total da Amazônia* (1940), analisa a regionalização e ocupação da Amazônia em um contexto histórico marcado pela política de Getúlio Vargas e a "Marcha para o Oeste", que visava reerguer a economia brasileira. A obra, dividida em cinco capítulos, examinou desde o meio físico até questões sanitárias que afetavam os povos indígenas. A pesquisa incluiu a descrição das características das bacias fluviais, cheias anuais, equilíbrio natural da região, diversidade fitobiogeográfica, a influência das pororocas e da friagem causada pelos ventos alísios etc. A tese ainda explora a história da ocupação da Amazônia, desde o descobrimento nos séculos XV-XIX até as transformações sociais e ambientais provocadas pela interação humana com a paisagem.

O estudo desenvolvido por Gilberto Osório de Andrade testifica a carga cultural de sua geração, tendo em vista os constantes traços investigativos que retratava o ideário para a leitura geográfica em Pernambuco do período. Contudo, a linearidade de suas múltiplas capacidades advindas de suas formações é uma característica marcante no desenvolvimento de suas pesquisas. Sobretudo, esse estudo parece se edificar apoiado em dois paralelos marcantes da época, sendo um produto dos estudos dos franceses, por exemplo, de Vidal de La Blache e os alemães como Humboldt, detendo, porém uma especificidade marcante ao descrever a paisagem como densidade histórica dos fatores geográficos paisagísticos ocorridos no dado espaço. As análises geográficas de Gilberto Osório foi reproduzida com ênfase na paisagem de forma que exaltasse as relações homem x meio como possível produtor da manifestações geográficas, apresentando traços, referencias e metodologias das Geografias alemãs e francesas (Humbolt / La Blache), mas também possuindo fortes traços do que foi o cerne do Movimento Regionalista – a exaltação da especificidade geográfica e paisagística da área. Além disso, tem seu método particular descritivo, que traz também a urgência para causas sociais e um apelo por resoluções e preservação do ambiente quando se reporta à geomorfologia (Mendonça, 2024, Medeiros, 2021).

Hilton Sette teve uma trajetória intelectual fortemente ligada à história da cidade e à influência de seu pai, Mário Sette (um renomado escritor e educador), sendo participante do movimento regionalista e contribuindo para o retrato geosocial do Recife. Foi um dos fundadores de cátedras universitárias e contribuiu significativamente para a formação de disciplinas de Geomorfologia e Geografia Humana na Pós-graduação de Geografia nos anos 1970. A tese de Hilton Sette apresentada ao Ginásio Pernambucano foi *Estudo das Regiões Naturais de Pernambuco* de 1946. Foi produzida a partir de trabalho de campo realizado no trajeto de Recife a Petrolina, analisando aspectos físicos da geografia pernambucana, como hidrografia, geomorfologia, fitografia e clima. O trabalho é dividido em cinco partes: 1) O Território Pernambucano; 2) A Região do Litoral; 3) A

Região da Mata; 4) A Região do Agreste; e 5) O Sertão do Agreste. O primeiro tópico aborda a toponímia e as características físicas do estado, complementado por um mapa hidrográfico. A seção do Litoral foca no povoamento e adensamento, enquanto a Região da Mata analisa a vegetação e o cultivo da cana-de-açúcar. A última parte examina a diversidade da flora da Caatinga e a geomorfologia da região. Sette utiliza metodologias de observação e catalogação, fundamentando-se na ideia de regiões naturais de Ricchieri, além de integrar conceitos de geógrafos franceses, como Brunhes e Martonne (Mendonça, 2024, Medeiros, 2021).

O Professor Mauro Mota teve formação em Recife, destacou-se como poeta, com obras como *Elegias* (1952), que inclui o poema "*Boletim sentimental da guerra do Recife*", refletindo sobre a Segunda Guerra Mundial. Como docente, Mota lecionou Ciências Geográficas em diversas instituições, destacando-se na UFPE nos anos 1960 a 1980. Durante sua carreira, coordenou pesquisas no Instituto de Pesquisas Sociais da Fundaj, resultando em títulos como *Paisagem das secas* (1958) e *Geografia literária* (1961). Sua tese apresentada ao Ginásio Pernambucano foi *Cajueiro Nordestino* (1955) no qual mistura regionalismo geográfico com abordagens literárias. Motta explora a importância do caju, não apenas como um fruto, mas como um elemento crucial na formação territorial da região Nordeste ao longo do tempo. Um dos aspectos inovadores da pesquisa é a incorporação de metodologias iconográficas, que se afastam das abordagens tradicionais de documentação. Motta utiliza pinturas, gravuras, desenhos, músicas e poesias para enriquecer sua análise, o que lhe confere um caráter transgressor em relação às práticas acadêmicas convencionais da época. Essa estratégia visa apresentar uma visão mais abrangente e multifacetada do caju e sua relação com a cultura nordestina.

Podemos ainda destacar as teses de Agamenon Magalhães, Dácio Rabello, João F. Motta e Albuquerque Filho. Agamenon Magalhães atuou como promotor público e político, sendo governador de Pernambuco. Em 1921, escreveu a tese "O Nordeste Brasileiro", a qual lhe rendeu a candidatura à cátedra de Geografia no Ginásio Pernambucano. A tese aborda o Nordeste com uma perspectiva naturalista, sublinhando que o termo "nordeste" já era utilizado antes do novo regionalismo. Ele utilizou dados de estudos de vários geógrafos, como Bernardino de Souza e Emmanuel De Martonne e criticou a abordagem descritiva na Geografia, buscando explicações causais para os fenômenos estudados. Já Dácio Rabello e Albuquerque Filho foram dedicados à educação e ficaram longe dos holofotes políticos, sendo geógrafos-professores da Escola Normal Oficial de Pernambuco e de várias instituições de ensino do Recife. Suas teses, que por exigência do certame tiveram o mesmo tema, colocavam Pernambuco no centro geopolítico do Nordeste. O contexto político da época, marcado pela Revolução de 1930 e pela ascensão do nacionalismo centralizador, influenciou a interpretação dessas teses. A ênfase em Pernambuco reflete uma visão de "protagonismo pernambucano" que se opõe ao regionalismo oligárquico, apontando para a relevância do estado na nova configuração política do Brasil que se configurava no período. Por fim, as pesquisas de Medeiros (2021) e Mendonça (2024) apontam que Agamenon Magalhães, Dácio Rabello, Albuquerque Filho, Mário Lacerda, Gilberto Osório, Hilton Sette e

Mauro Mota compuseram um círculo de professores catedráticos de Geografia atentos ao método e preceitos de uma Geografia Moderna, mesmo marginalizados dos núcleos onde havia investimentos em pesquisa geográfica e apoio de geógrafos estrangeiros, como em São Paulo e Rio de Janeiro. Essas teses também foram marcadas por problematizar a região e valorizar a cultura local.

CAPÍTULO 4 – PRECURSORES CRÍTICOS: MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Manuel Correia de Andrade foi um geógrafo que uniu sua trajetória pessoal com a análise das complexas relações agrárias e sociais do Nordeste brasileiro, adotando uma abordagem crítica e dialética. Nascido em 1922, Andrade vivenciou as desigualdades e o sistema coronelista típico da região, o que influenciou profundamente sua visão sobre a necessidade de reforma agrária. Ao migrar para o Recife para seus estudos, ingressou no curso de Direito e História e Geografia, onde começou a formar uma visão que integrava a análise histórica com a geografia. Nos anos 1940, Andrade se envolveu no ativismo estudantil, organizando protestos contra o Estado Novo e suas políticas repressivas, experiências que fortaleceram seu compromisso com uma postura política de 'esquerda'. Um episódio marcante foi o comício de 1945 na Praça da Independência (Recife), onde o estudante e colega Demócrito de Souza foi morto, fato que influenciou suas perspectivas políticas e a crítica ao autoritarismo (Andrade, 2018).

Sua trajetória acadêmica e pessoal se entrelaçaram com suas produções, resultando em obras que questionavam as injustiças agrárias, como seu livro "A Terra e o Homem no Nordeste" (1973). Nesse livro, Andrade de forma precursora critica a concentração de terras e propõe a reforma agrária como solução para os problemas econômicos e sociais do Nordeste. O impacto desse livro foi grande, e em 1963, ele foi convidado para liderar o Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA) no governo de Miguel Arraes, com foco em apoiar pequenos agricultores. No entanto, após o golpe militar de 1964, ele foi detido e seu livro foi censurado. Com o apoio de Pierre Monbeig, Andrade passou um ano na França, onde conheceu a teoria dos polos de desenvolvimento de François Perroux e ampliou sua visão sobre regionalização. Ao retornar, aplicou esses conceitos no desenvolvimento de uma divisão territorial de Pernambuco, refletida em livros como "Espaço, Polarização e Desenvolvimento" (1987).

Andrade também foi pioneiro no Brasil ao integrar o conhecimento geográfico com análises socioeconômicas e históricas, questionando a neutralidade científica e propondo uma geografia crítica, humanística e interdisciplinar. Inspirado pela Geografia Ativa de Pierre George, Andrade utilizou sua perspectiva humanista para abordar a realidade nordestina e as contradições do sistema agrário. Influenciado por autores como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, ele empregou uma visão dialética para entender o território e seus conflitos, além de trabalhar conceitos de regiões econômicas e polarizadas. Sua contribuição

em 1963 foi fundamental para uma ciência geográfica engajada socialmente e atenta às realidades brasileiras que somente ganharia força nos anos 1970 e 1980 (Rocha e Gomes, 2022).

Ao explorar a geopolítica do Nordeste, propôs uma abordagem focada na justiça social, questionando a relação entre poder, território e desigualdade na região. Diferente das análises que naturalizavam os problemas regionais do Nordeste, Andrade (1973, 1993b) rejeitava a visão determinista que vinculava o subdesenvolvimento nordestino às condições ambientais, como clima e seca, e argumentava que essas questões eram inseparáveis das relações de poder impostas historicamente. Para Andrade (1993a), a geopolítica deveria ir além das análises tradicionais de relações entre territórios e Estados. Ele diferenciava a geopolítica, que lida com relações internacionais de poder, da geografia política, que estuda o território sob o domínio do Estado. Andrade via a geopolítica como uma ferramenta para expor e contestar as desigualdades regionais e para propor ações que visassem maior justiça social e econômica. Inspirado em autores como Elisée Reclus e no brasileiro Josué de Castro, Andrade (1993a) acreditava que a geografia deveria se engajar nas questões sociais e políticas, especialmente no contexto de um Brasil marcado por desigualdades estruturais.

O livro "A Terra e o Homem no Nordeste" (1973) é um marco ao abordar a questão agrária do Nordeste Brasileiro por meio de uma perspectiva interdisciplinar que integra história, geografia, sociologia e política. Diferentemente de análises tradicionais focadas apenas em aspectos naturais e de localização, Andrade utiliza um método histórico-dialético, abordando criticamente a relação entre trabalho, uso da terra e estrutura social hierárquica formada pela aristocracia canavieira. Essa estrutura foi moldada ao longo de séculos, especialmente com a monocultura da cana-de-açúcar e o uso de mão de obra escravizada, que persistiu até o século XIX. A partir desse período, o trabalho livre de baixo custo ganhou importância, mas sem modificar substancialmente a estrutura agrária ou as relações de poder entre latifundiários e trabalhadores.

No início do século XX, o modelo de subordinação camponesa evoluiu para a figura do "foro", uma forma de exploração onde, apesar de legalmente livres, as famílias camponesas continuavam dependentes economicamente dos proprietários. A Revolução Verde da década de 1950 introduziu usinas que substituíram engenhos, intensificando a demanda por terras e acelerando a expropriação camponesa. As Ligas Camponesas emergiram nesse contexto como uma resistência ao aumento da proletarização rural, reivindicando reforma agrária e o direito ao território. Outras sub-regiões do Nordeste, como o Agreste e o Sertão, também enfrentaram situações de exploração e precarização, mas com especificidades: no Agreste, a produção de algodão e a pecuária predominavam, utilizando mão de obra livre, enquanto o Sertão, por meio das Sesmarias, desenvolveu a "civilização do couro" e consolidou uma economia baseada na concentração de terras.

Em "Poder Político e Produção do Espaço", Andrade (1984) expande a análise, criticando a geopolítica tradicional e o papel do Estado na sustentação das elites locais e dos interesses estrangeiros. Ele argumenta que o Estado brasileiro sempre privilegiou interesses de grandes empresas e exportação em detrimento de uma

política agrícola voltada ao mercado interno. A criação de órgãos como a SUDENE visou resolver questões estruturais, mas Andrade aponta que muitas vezes esses projetos favoreciam as elites locais e os grandes grupos econômicos. No livro "O Caso do Nordeste Brasileiro" (1985), Andrade sintetiza a dinâmica do subdesenvolvimento nordestino, destacando o histórico de exploração e concentração de terras, onde a riqueza produzida localmente era transferida para o Sudeste. Ele também discute o uso de justificativas racistas e deterministas para o subdesenvolvimento regional, mostrando que as raízes do problema são econômicas e políticas. O modelo agrário nordestino manteve-se praticamente inalterado, e mesmo políticas públicas mais recentes não conseguiram desafiar as estruturas de poder existentes. O autor propõe que uma mudança efetiva na questão agrária e no desenvolvimento regional deve incluir uma reforma agrária com apoio técnico e financeiro ao pequeno produtor e a organização de cooperativas camponesas para fortalecer a luta por direitos e visibilidade social. A crítica de Andrade revela a necessidade de políticas públicas que respeitem as especificidades regionais e confrontem diretamente a desigualdade histórica.

Na regionalização realizada por Manuel Correia de Andrade no livro "A terra e o homem no Nordeste" (1973) e "Geografia Econômica do Nordeste", (1998) o Nordeste aparece organizado da seguinte forma a partir de sub-regiões: a do Litoral e Mata, o Agreste, o Sertão e o Litoral Norte, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Manuel Correia fez uma análise do Nordeste a partir da formação territorial do Brasil e sua manifestação nestas diferentes regiões, na qual as estruturas produtivas imposta pelos colonizadores e pelas elites locais estavam submetidas a atividades econômicas que ditavam a dinâmica espacial, a exemplo da produção açucareira:

1. Zona da Mata e Litoral Oriental: Nesta sub-região quente e úmida, com Mata Atlântica e altos índices de chuva, o sistema de plantation pelo açúcar baseado em trabalho escravo voltou-se para exportação, transformando o Nordeste em um fornecedor de matéria-prima para a Europa, tendo como legado uma estrutura agrária excludente e colonial.
2. Agreste: Essa área semiárida foi colonizada mais tardiamente e se destacou pelo cultivo diversificado, sofrendo com oscilações econômicas devido à dependência do comércio internacional. Com a expansão dos engenhos de cana, houve maior demanda por alimentos e mão de obra, o que impulsionou a agricultura local.
3. Sertão e Litoral Setentrional: Com povoamento impulsionado pela pecuária extensiva e, mais tarde, pela mineração, o Sertão teve uma economia marcada pelo latifúndio e uma migração massiva de sua população para outras regiões do Brasil entre as décadas de 1960 e 1990. Andrade contestava a visão determinista que atribuía os problemas socioeconômicos do Sertão apenas ao ambiente árido, afirmando que essa explicação desconsiderava as relações de exploração e as políticas públicas deficientes.
4. Meio Norte e Guiana Maranhense: Cultural e geograficamente distintas das outras sub-regiões, essas áreas foram influenciadas pela ocupação francesa e desenvolveram uma economia agrícola e

extrativista, com destaque para o cultivo de arroz, algodão e cana-de-açúcar. Andrade observa que a região também foi palco de intensas tensões sociais, como a exploração indígena e a escravização de africanos, resultando em movimentos de resistência, como a Balaiada (1838-1841) e a formação de quilombos.

Além da região, outra categoria muito explorada por Andrade é o território. Andrade (1994) afirma que: "deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas" (Andrade, 1994, p.213). Nesse contexto, o território é entendido como uma área dominada por agentes públicos, privados ou grupos sociais. Andrade também destaca as especificidades econômicas do território nordestino e, em obras como "Geopolítica do Brasil" (1993a) e "A questão do território no Brasil" (2004), definindo três conceitos fundamentais para o estudo territorial: (1) Território – processo de integração de uma área ocupada onde se manifestam relações de poder; (2) Territorialidade – consciência de pertencimento criada pelo processo de formação de territórios; (3) Territorialização – materialização concreta do território. Para Andrade (2004), o território implica produção humana, já o espaço, mais amplo, inclui áreas "vazias" ou não territorializadas. Esses conceitos aparecem em seu estudo sobre a formação territorial do Nordeste brasileiro sendo estruturado em quatro principais períodos históricos: o período colonial (séculos XVI a XVIII), a crise do sistema colonial (final do século XVIII ao início do século XIX), a industrialização das estruturas produtivas (1930-1950) e o planejamento regional com o surgimento da SUDENE (a partir de 1950), como sistematizado em Rocha, Machado e Gomes (2023). Nesses períodos, Andrade analisa como os processos de colonização, exploração econômica e as relações de poder moldaram essa região, gerando dinâmicas que atravessam aspectos sociais, econômicos e políticos.

Para o período Colonial o enfoque se dá na colonização portuguesa, inicialmente voltada para a exploração de recursos naturais, estabeleceu o cultivo da cana-de-açúcar e a escravidão, especialmente na Zona da Mata nordestina. A ocupação foi marcada pela concentração de terras em grandes latifúndios e pela expropriação das terras indígenas, criando uma sociedade baseada no trabalho escravo e na monocultura exportadora. Andrade (1973) destaca que a pecuária extensiva no Agreste e Sertão serviu como complemento à economia açucareira da região. Com a Crise do Sistema Colonial a partir do final do século XVIII, o Brasil passou por transformações com a independência e o enfraquecimento das estruturas coloniais, como o mercado escravo. O declínio da hegemonia econômica e política do Nordeste, em favor do eixo sul-sudeste, foi um marco. Andrade observa que a estrutura agrária permaneceu concentrada e sem mudanças sociais significativas, agravando as condições da população nordestina.

No período da Industrialização e Modernização (1930-1950) Andrade (1973, 1985, 1993b) examina como o Estado brasileiro impulsionou a industrialização, especialmente no setor açucareiro, com apoio

governamental que favorecia grandes produtores. Surgiram inovações nos engenhos e expansão de infraestruturas, como ferrovias. Contudo, a modernização não significou democratização agrária; ao contrário, fortaleceu o latifúndio e expulsou camponeses de suas terras, levando ao surgimento de movimentos como as Ligas Camponesas, que reivindicavam melhorias nas condições rurais. Na fase do Planejamento Regional e SUDENE destaca que a criação da SUDENE e outras iniciativas de planejamento a partir da década de 1950 visavam o desenvolvimento regional e a integração do Nordeste na economia nacional. Essas políticas, porém, foram insuficientes para transformar as estruturas sociais da região, já que beneficiaram elites locais e grandes proprietários rurais. Essa fase marcou a concentração industrial em algumas áreas do Nordeste e o agravamento das desigualdades regionais (Andrade, 1993b).

Manuel Correia de Andrade demonstrou que o Nordeste não era uma região homogênea, tendo dentro do seu território a intercalação de sub-regiões diversas que possuíam formas de ocupação e relações socioeconômicas singulares, bem como denunciou os diferentes níveis de exploração as quais os camponeses estavam submetidos (trabalho, moradia, condições de produção e alimentação etc). Assim, diante do contexto conflituoso e desigual da formação territorial do Nordeste, para o autor seria fundamental uma Geografia de cunho político e social que não naturalizasse os dilemas de ordens socioprodutivas dessa região.

CAPÍTULO 5 – AS MULHERES E A CÁTEDRA GEOGRÁFICA NA UFPE (1960-2010)

Embora a presença inicial de mulheres no Departamento de Ciências Geográficas (DCG-UFPE) tenha sido limitada, com o tempo, as mulheres passaram a ganhar espaço e a contribuir efetivamente para a construção do pensamento geográfico, desafiando o machismo e o patriarcalismo estruturais que frequentemente as forçavam a dividir suas vidas entre o trabalho acadêmico e as responsabilidades domésticas. O pensamento científico, tradicionalmente dominado por homens, tende a relegar as contribuições dessas mulheres a um papel secundário, resultando em seu ostracismo na narrativa da história da Geografia. Por meio de depoimentos de professoras e ex-alunas do DCG-UFPE, discutimos como se deu a presença e atuação das mulheres na consolidação do pensamento geográfico entre 1960 e 2010, identificando suas áreas de pesquisa, as influências das relações de gênero e as contribuições significativas para o pensamento geográfico em Pernambuco. A pesquisa realizada por Beserra e Gomes (2022) e Beserra; Medeiros; Gomes (2022) buscou não apenas resgatar a história da presença feminina na Geografia de Pernambuco, mas também entender como essas mulheres lidaram com as demandas de uma vida dual, conciliando suas obrigações acadêmicas com as expectativas sociais. Esse entendimento pode enriquecer a historiografia da Geografia e promover uma reflexão crítica sobre a importância da diversidade de vozes na produção do conhecimento científico.

Foram realizadas entrevistas remotas semiestruturadas e remotas com familiares, colegas e as próprias protagonistas, buscando, pela história oral, recordar as questões de representatividade de gênero na academia e

as relações das professoras com a Geografia. Durante o levantamento, foram identificadas 23 mulheres que atuaram como professoras e técnicas geógrafas no DCG entre 1990 e 2010. A maioria foi contratada nos anos 1970 e permaneceu em exercício até se aposentar, enquanto outras ingressaram nos anos 1990 e ainda estão ativas, tanto no DCG quanto em outras instituições.

A presença das mulheres na formação da cátedra geográfica da UFPE não se manifestou na sua fundação, mas foi se consolidando ao longo do tempo, refletindo a situação da maioria das instituições brasileiras em meados do século XX. O quadro docente, embora inicialmente masculino, começou a incluir mulheres a partir dos anos 1970, congruentes com as mobilizações sociais contextuais em busca de direitos civis femininos, inspiradas pelo Movimento Feminista que promovia a igualdade de gênero na sociedade. Se atualmente a participação das mulheres nas ciências cresceu, representando 54% dos estudantes de doutorado no Brasil (IPEA, 2021), o cenário entre 1960 e 1990 foi um marco na construção das trajetórias científicas das mulheres em um ambiente predominantemente masculino. Apesar do aumento na presença feminina nos cursos de graduação em Geografia, nos primeiros anos a falta de representatividade em níveis hierárquicos mais altos era evidente. Neste contexto, a professora Rachel Caldas Lins se destacou como precursora nessa nova configuração, sendo a primeira mulher a coordenar pesquisas na área de Geografia Física e coordenar o curso de mestrado. Cita-se obras significativas como: "Áreas de Exceção do Agreste de Pernambuco", "Cidades - Gasolina", "Bacia do Parnaíba: Aspectos Fisiográficos". Depois de seu pioneirismo, professoras e funcionárias técnicas assumiram papeis de gestoras em setores da UFPE e do DCG, contribuindo nos espaços de estudos geográficos.

De forma mais marcante, as mulheres passaram a adentrar os centros acadêmicos a partir dos reflexos da segunda onda do Movimento Feminista, mas frequentemente ocupavam cargos secundários. A invisibilidade feminina nas ciências foi sustentada por uma estrutura social que negava direitos às mulheres, com a atribuição das responsabilidades domésticas, casamento, preconceito de gênero e maternidade criando barreiras à sua inclusão nas Ciências Geográficas (Silva, 2003, Mcdowell, 2003, Rose, 1993). Após a graduação, muitas mulheres se dedicavam ao ensino escolar, enquanto os homens se tornavam pesquisadores e docentes universitários. A luta das mulheres por reconhecimento nas Ciências Geográficas esteve intrinsecamente ligada à sua luta por representação social. As professoras das primeiras gerações do Departamento de Geografia da UFPE (DCG-UFPE) foram produtos dessas transformações sociais, e a permanência da representatividade feminina é a expressão da manutenção das mudanças (Cunha, 2001, Sewell, 1999).

A crescente participação das mulheres no DCG-UFPE nas décadas de 1970 e 1980 foi acompanhada do surgimento de discussões sobre gênero nas academias ao redor do mundo, promovidas agora pela terceira onda do Movimento Feminista. Apesar do progresso, as pesquisas indicam que a disparidade entre homens e mulheres em cargos acadêmicos superiores persistia (McDowell e Peak, 1990). Com a crescente presença

feminina no DCG-UFPE, começaram a emergir práticas de liderança das mulheres em Núcleos e Laboratórios, contribuindo para a formação, pesquisa e extensão. O Núcleo de Apoio à Pesquisa em Geografia (NAPA) e o Programa de Educação Tutorial em Geografia (PET-GEO) destacaram-se como espaços de produção geográfica, com a participação fundamental de mulheres como Maria do Bom Parto Fernandes e Maria José Nonato. O NAPA, um acervo histórico e geográfico, beneficiou-se da contribuição feminina para sua formação e desenvolvimento.

As entrevistas às professoras e técnicas aposentadas trouxeram relatos de múltiplas dificuldades no exercício de suas profissões. Embora poucas mencionarem o preconceito de gênero diretamente, a maioria destacou a sobrecarga decorrente da conciliação entre responsabilidades domésticas e profissionais. Essas mulheres, além de geógrafas e docentes, assumiram funções de cuidadoras, tanto dos filhos quanto de outros familiares, como pais idosos. Muitas delas só conseguiram equilibrar essas responsabilidades graças a redes de apoio formadas por outras mulheres, como babás, avós, tias e funcionárias domésticas. Apenas um pequeno número relatou que seus companheiros colaboraram de forma significativa nos cuidados com a casa e os filhos. As entrevistas revelaram um aspecto sensível da trajetória dessas mulheres: a dificuldade enfrentada por alunas casadas, noivas e mães ao tentar participar de atividades de campo, comuns em cursos de Geografia. Essas alunas enfrentaram resistências por parte de companheiros e familiares, refletindo as imposições culturais e sociais ainda predominantes sobre o controle do corpo feminino e suas liberdades, especialmente no que diz respeito a espaços públicos e profissionais. Esse quadro reforça a ideia de que a liberdade das mulheres e sua plena participação em espaços de poder e ciência é um fenômeno historicamente recente e ainda em desenvolvimento.

As trajetórias das professoras do DCG-UFPE revelam como essas mulheres lidaram com a dualidade entre suas vidas públicas e privadas. Relatos de professoras e ex-alunas evidenciam as dificuldades enfrentadas na conciliação das obrigações acadêmicas com as expectativas sociais (Beserra e Gomes, 2022). A partir da década de 1980, algumas mulheres passaram a ocupar cargos de chefia, possivelmente em decorrência das mudanças sociais e do contexto de luta pela igualdade de gênero. Essas mulheres, como Marlene Maria da Silva, contribuíram para a inclusão feminina na Geografia e para a construção do Pensamento Geográfico em Pernambuco, desempenhando papéis multifacetados como professoras, pesquisadoras e técnicas. Marlene, na década de 1990, destacou-se com sua pesquisa de doutorado: "A linha da subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no Agreste Pernambucano". Sua tese, dividida em quatro partes, abordou as questões do trabalho feminino e a reprodução do espaço, bem como as transformações da economia brasileira na produção agrícola pernambucana e as diversas formas de exploração enfrentadas pelas mulheres do Agreste.

Outras professoras, como a já citada Rachel Caldas Lins, mas também Eda Maranhão Pessoa e Diva Medeiros de Andrade, também tiveram um impacto significativo. Rachel, por exemplo, trabalhou na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) como gestora de diversas pesquisas na área físico-natural da Geografia. Seu trabalho na FUNDAJ, onde foi pesquisadora de 1971 a 1993, resultou em estudos importantes sobre ecologia nordestina e geografia regional. Em 2018, Rachel recebeu os prêmios de Pesquisador Emérito da FUNDAJ, reconhecendo suas quatro décadas de atuação na pesquisa, e, em 2023, de Professora Emérita pela UFPE. Na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Rachel, juntamente com Marlene Maria da Silva, Eda Maranhão Pessoa e Diva Medeiros de Andrade, desenvolveu pesquisas fundamentais para os estudos regionais do Nordeste, como os da "Série e Estudos Regionais" (1982, 1985). Esses estudos investigaram aspectos geográficos do Agreste de Pernambuco, abordando a dinâmica dos sistemas agrícolas e as condições sociais e econômicas da região. Eles também destacaram a falta de acesso a políticas públicas essenciais, como saúde, educação e saneamento básico. Algumas professoras, como Marlene Maria da Silva, Maria das Graças Kater, Diva Medeiros de Andrade, Tânia Bacelar, Maria Auxiliadora Cartaxo, Thaís Lourdes Correia de Andrade, Aldemir Dantas Barboza tornaram-se referências, moldando a Geografia produzida em Pernambuco. Entretanto, ao longo dos anos, muitas dessas cientistas caíram no ostracismo, e seu reconhecimento tornou-se esquecidos. Atualmente, apenas algumas, como Rachel Caldas Lins, continuam a ser citadas em pesquisas acadêmicas.

A década de 1990 foi marcada por eventos que expuseram as desigualdades entre homens e mulheres na ciência, conforme destacado por Bolzani (2017). Essa década também viu a ascensão da Terceira Onda Feminista, que trouxe à tona debates sobre a participação desigual de mulheres e homens na ciência, além de levantar questões relacionadas à raça e ao feminismo negro. Os primeiros estudos de gênero dentro da Geografia surgiram na década de 1990, impulsionados pela Terceira Onda Feminista e por geógrafas dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. No Brasil, esses debates chegaram mais tarde, e, apesar do aumento da participação feminina nos cursos de Geografia, a desigualdade na ocupação de cargos acadêmicos hierárquicos ainda era visível. Estudos de McDowell e Peak (1990) demonstraram que, mesmo com o crescimento do número de mulheres em cursos de graduação, a disparidade na ocupação de cargos superiores persistia. Silva (2009) também reforça essa ideia, ao afirmar que as mulheres enfrentavam uma barreira invisível para alcançar posições de maior prestígio dentro da academia. Essa nova fase do movimento feminista visava corrigir as falhas das ondas anteriores e ampliar o debate sobre a inserção das mulheres em espaços historicamente dominados pelos homens. A partir da década de 1990, as mulheres ganharam mais espaço no corpo docente do DCG-UFPE, com sua presença crescendo gradualmente até 2022, quando chegaram a representar 42,1% do total de professores do departamento. Esse aumento na representatividade feminina contrasta com a década de 1950, quando o departamento foi fundado, e as mulheres eram quase ausentes. Observou-se um crescimento

consistente de professoras contratadas a partir de 1977, um marco importante para a inclusão das mulheres na academia geográfica pernambucana. A análise das mudanças no departamento também considera os fatores externos, como as transformações políticas e sociais que ocorreram ao longo das décadas.

A partir dos anos 2000, houve uma mudança gradual, e as mulheres começaram a ocupar mais cargos de chefia e docência nos centros acadêmicos do Brasil, incluindo a UFPE. Embora o machismo institucionalizado tenha restringido sua participação nas décadas anteriores, as conquistas femininas nesse período foram resultado de um movimento de reivindicação contínua, que visava não apenas o reconhecimento social e político, mas também a valorização das mulheres como produtoras de conhecimento científico. Beauvoir (1967) é frequentemente lembrada nesse movimento, ao discutir a inferiorização histórica do feminino e a necessidade de sua superação. Ao longo do tempo, essa luta se transformou em uma demanda por igualdade econômica, social e política, culminando na inserção cada vez mais significativa das mulheres na produção científica, como afirmam Codeço e Dias (2018). Observa-se atualmente ainda um grande desequilíbrio epistemológico na Geografia no Brasil, com a grande maioria das referências e bibliografias mais citadas em artigos e usadas nos cursos de graduação e pós-graduação sendo produzidas por homens, o que demonstra um desafio persistente e que deve ser constantemente renovado em sua crítica (Cesar e Silva, 2021). A análise do caso das professoras do DCG-UFPE reflete essa trajetória de permanente resistência, conquista e crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 5 capítulos apresentados da história da Geografia em Pernambuco pretendeu ser apenas uma síntese de alguns dos resultados alcançados pelo GEHPEG-UFPE - um convite à leitura das pesquisas de Mendonça (2024), Medeiros (2022), Beserra e Gomes (2022), Beserra et al. (2022) e Rocha e Gomes (2022) e Rocha, Machado e Gomes (2023), incluindo outros textos associados já publicados. A partir destes capítulos, buscou-se destacar, tanto a formação de uma Geografia científica contribuindo para um pensamento geográfico em Pernambuco anterior à academia, quanto realçar as histórias marginais invisibilizadas pelas posturas e narrativas tradicionais sobre como se deu a formação e movimentos da Geografia no Brasil e quem foram seus protagonistas. Além dessas, outras histórias precisam ainda ser problematizadas e afirmadas. As críticas à ideia de uma história única e homogênea deve ser demonstrada pela apresentação das múltiplas narrativas, estruturas, atrizes e atores responsáveis pela criação, consolidação e expansão das geografias produzidas nos diversos locais e regiões do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à CAPES pela concessão das bolsas que financiaram a maioria das pesquisas realizadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2011.

ANDRADE, G. O. **Um Complexo Antropogeográfico - Lineamento para um Geografia Total da Amazônia**. Tese Concurso Colégio Pernambucano, 1940.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. SãoPaulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço.** Recife: Fundação Joaquim -Massangana, 1984.

ANDRADE, M. C. **O caso do Nordeste brasileiro**. Pernambuco: ASA, 1985.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo, Atlas, 1987

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil.** Editora Ática, 1993a

ANDRADE, M. C. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1993b

ANDRADE, M. C. de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. Território: globalização e fragmentação, v. 4, p. 213-220, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. Atlas São Paulo.1998.

ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais.** 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão europeia do livro, v. 2, 1967.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia**: uma abordagem contextual. Tradução: Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BESERRA, Milka Lopes; MEDEIROS, Marina Loureiro; GOMES, Rodrigo Dutra. A presença das mulheres na consolidação do Pensamento Geográfico na UFPE (1960-1990). **Boletim Alfenense de Geografia**, 2022.

BESERRA, Milka Lopes; GOMES, Rodrigo Dutra. A Construção da Geografia Feminina: a representatividade na formação do DCG-UFPE. In: Nóbrega, Ranyére da Silva; et al. (Org.). **Geografia nas mídias: pandemia da COVID-19 e seus impactos** [livro eletrônico]. 1ed., 2022, p. 100-108.

BOLZANI. S. V. **Mulheres na Ciência: por que ainda somos tão poucas? Artigos e Ensaios**, 2017.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; SILVA Joseli Maria. Geografia brasileira, poder, gênero e prestígio científico. **Revista da Anpege** 17: 244–258.

CUNHA, Maria de Fátima. **Homens e mulheres nos anos 1960/1970.** Curitiba:Editora da UFPR, 2001.

CIÊNCIA, Espaço. **Gilberto Osório de Andrade (1912-1986) Geomorfologista Homenageado em 2007. Série Sinopses Biográficas**. Disponível em: http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=10693. Acesso em: 10/01/ 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FREYRE, Fernando de Melo. O Movimento Regionalista e Tradicionalista e a seu modo Também Modernista - Algumas Considerações. CL & Tróp, Recife, 5W: 775-188, jul/dez. 1977.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.5-27, 1988.

IPEA. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis? - Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade** Disponível em:Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis? - Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade (ipea.gov.br). Acesso em:08/10/2021.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** SP: Edusp, 2. Ed., 1999, 214p.

LEITE, José Correia. O Homem do Nordeste. Teoria e debate, Edição 45, 2000. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/o-homem-do-nordeste/.

LINS, Rachel Caldas. **Cidades-gasolina**. Arquivo Público Estadual, 1960.

LINS, Rachel Caldas. **Bacia do Parnaíba: aspéctos fisiográficos**. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

LINS, Rachel Caldas. **Áreas de exceção do agreste de Pernambuco**. SUDENE, Recife, 1989.

LIVINGSTONE, David N. **Putting Science in its place:** Geographies of scientific knowledge. [*S. l.*]: Universit of Chicago Press, 2010. *E-book Kindle.* 234 p.

LÓPES-ÓCON, Leoncio. Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique latine au début du XXe siècle (1900-1914). *In*: PETITJEAN, Patrick (ed.). **Les sciences hors d'occident au XXesiécle.** Les sciences coloniales: figures et institutions. Paris: ORSTOM, 1996. p.79-86. v.2. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/carton07/010008827.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity, and Place: Understanding Feminist, Minneapolis: University of Minnesota Press**, 1999, 284p.

McDOWELL, Linda; PEAKE,Linda. **Women in British geography revisted: or de same old story.** Journal of Geography of Higher Education ,v.14, n.1, p.19,199

MEDEIROS, Marina Loureiro. **Reflexões sobre o regionalismo na constituição do pensamento geográfico em Pernambuco (1930-1960)**. 2021. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MENDONÇA, Emmanuele Ribeiro de. **Geografia Pernambucana entre 1862 e 1946: Instituições, Teses e Pesquisadores.** 2024. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

MONTEIRO, Carlos Augusto F. **A geografia no Brasil 1934-1977**. São Paulo: IGEOG-USP, 1980.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 3 v. 2015-2019.

MOTA MENEZES, José Luiz da. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

ROCHA, Gerlane Gomes; GOMES, Rodrigo Dutra. A Geohistoricidade Camponesa em "A Terra e o Homem no Nordeste". **Geografia em Atos (Online)**, v. 6, n. 2, p. 111-128, 2022.

ROCHA, Gerlane Gomes; MACHADO, Maria Rita; GOMES, Rodrigo Dutra. Análise territorial do Nordeste brasileiro em Manuel Correia de Andrade: um estudo bibliométrico sobre a sua atualidade. **Revista Urbano,** Recife, v. 08, n. 02, p.18-38, 2023.

ROSE, Gilian. **Progress in Geography and gender – or something else.** Progress in Human Geography, v.17,n.531 – 537, 1993.

SILVA, Marlene. **Série e Estudos Regionais: O Norte Cearense.** SUDENE,1985.

SILVA, Marlene. **Série e Estudos Regionais: Sertão Norte.** SUDENE, 1982.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas.** Paraná: Todapalavra Editora, 2009.

SEWEL JR., Willian. **"The concept(s) of culture" from beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture (1999).** In: OAKES, Timothy S.; PRICE, Patricia L. The Cultural Geography Reader**.**Oxford: Routledge, 2008, p. 40-49

TEIXEIRA, Manuel Neto. **Liceu/Ginásio Pernambucano: Referência no passado e no presente (1925/2020).** Recife: Editora Polys, 2022.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. 4ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.